



Notícias de duas pesquisas: idéias lingüísticas e governo JK¹

Bethania Mariani (UFF)*

Vanise Gomes de Medeiros (UERJ)**

“O saber a língua e o saber sobre a língua se conjugam no preconceito social do ‘saber ler e escrever bem a (nossa) língua’ que atravessa toda essa história...”

(ORLANDI, 2002, p. 211)

RESUMO:

Tematiza-se o papel da Academia Brasileira de Letras e dos Congressos de Lingüística realizados em 1956 e 1958 no processo de formulação e circulação de idéias Lingüísticas durante o governo JK. A análise tem base teórico-metodológica na Análise do Discurso (Pêcheux, 2004 e Orlandi, 2002), nos Estudos Literários e Históricos (Mota, 1980) e na Epistemologia dos Estudos da Linguagem (Auroux, 1992 e 1998). Como resultado, verifica-se a relevância desses congressos e da ABL na constituição indireta de políticas lingüísticas.

Palavras-chave: História das idéias lingüísticas; Congressos de língua falada; Academia Brasileira de Letras, Governo Juscelino Kubistcheck

1. Preâmbulo necessário

Congressos sobre a língua falada, revistas da ABL, sentidos de língua nacional e organização de políticas sobre as línguas: temos aqui inter-relações nem sempre muito visíveis para um leigo, nem sempre assumidas como tal para os lingüistas, mas sempre responsáveis por efeitos acadêmicos, pedagógicos, mercadológicos e políticos.

Um trabalho com a linguagem que leve em consideração sua dimensão simbólica e sua presença nos diferentes modos de ação humana incorpora necessariamente a relação de constituição mútua entre o languageiro e o sócio-histórico. Ao se focalizar essa dimensão simbólica, pode-se apreender o funcionamento da linguagem como discurso, ou seja, como modo de produção, formulação, instauração e circulação de sentidos entre sujeitos historicamente constituídos. Falar, nesta perspectiva, é inserir-se em redes históricas de significações e em relações de força na sociedade. O sujeito, ao tomar a palavra, se significa: sujeito e processos de produção de sentidos são inseparáveis, e isso não é visível para o sujeito.

O que o sujeito diz diz a partir de sua inserção em redes de formações imaginárias, ou seja, na projeção imaginária que faz do lugar social de onde fala em meio às relações de força tomadas em sua historicidade. E o que diz significa também em relação às projeções que faz do lugar ocupado por seu interlocutor e em relação ao que está sendo dito. Entendendo o político, na perspectiva discursiva, como uma disputa pela estabilização ou pela

* bmariani@terra.com.br

** vanisegm@yahoo.com.br

desestabilização linguageira, disputa que inscreve uma divisão no processo de produção de sentidos, tem-se, dessa forma, a não separação entre sujeito, sentido e o político. Ou seja, o simples fato de tomar a palavra já é em si uma prática política com todas as suas implicações. Quando se considera que o colocar-se como enunciador, em um determinado contexto sócio-histórico, é algo que se inscreve no processo de produção de sentidos e instaura diferenças, pode-se observar melhor o funcionamento do político no simbólico.

Nos anos 50 do século XX, mais especificamente durante o governo de Juscelino Kubitschek, pode-se observar esse funcionamento político do simbólico em termos dos conflitos sobre a língua nacional e, ao mesmo tempo, podem ser apreendidas formas de inscrição de políticas lingüísticas nas práticas discursivas de intelectuais, gramáticos e escritores. Mais uma vez, na história da língua portuguesa no Brasil, estavam em jogo processos discursivos de significação da identidade da língua falada no Brasil como língua nacional. Ao mesmo tempo, estava em jogo também a construção de imagens da sociedade nacional. Que Brasil se projetava imaginariamente no governo JK? Como significar a fala dos brasileiros nesse imaginário?

Observações iniciais sobre essa temática nos remetem para um vasto campo discursivo que inclui a construção de discursividades diferenciadas sobre a língua nacional, discursividades muitas vezes excludentes entre si, inclusive em função de suas práticas específicas. Esse é o caso de congressos lingüísticos, mas também da produção literária, da produção de colunas jornalísticas sobre questões lingüísticas e gramaticais, da produção de instrumentos lingüísticos² como dicionários, manuais, gramáticas e livros didáticos e, ainda, da produção de políticas lingüísticas organizadas pelo Estado com ou sem o apoio da Academia Brasileira de Letras.

A fim de tornar produtivo o processo da pesquisa, em um momento inicial, tornou-se necessário recortar tão ampla discursividade a partir de critérios relacionados à história da constituição da forma sócio-histórica do português-brasileiro. Assim considerando, as seguintes questões nortearam esse trabalho: Qual a relação a ser estabelecida entre políticas nacionalistas de cunho cultural e discussões sobre questões lingüísticas em congressos sobre o português falado no Brasil? Qual o papel da Academia Brasileira de Letras nessas discussões? Que relações podem ser estabelecidas entre as perguntas de caráter lingüístico incluídas no censo demográfico realizado durante o governo Vargas e o “questionário lingüístico-etnográfico” proposto por Candido Jucá Filho em 1956?

Em termos mais precisos, tomando o nacionalismo desenvolvimentista do governo JK como referência histórica, especificamente neste trabalho pretende-se apresentar as motivações e repercussões, em termos da organização de uma política lingüística, de dois importantes congressos realizados na época: o *Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro* (Salvador, 1956) e o *Primeiro Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia* (Porto Alegre, 1958). Nesse contexto, considerando que a Academia Brasileira de Letras tem um papel importante na política do governo JK, foram selecionados para observação discursos de acadêmicos proferidos na época e publicados na *Revista da Academia Brasileira de Letras*.

Cabe ressaltar, além disso, que o arquivo constituído para os dois projetos de pesquisa já mencionados (cf. nota 1) é bem mais amplo e diversificado, incluindo para observação e análise os seguintes materiais textuais durante o governo JK: 1) o livro *Sugestões para uma política da língua* (1960), de Antonio Houaiss³; 2) quatro suplementos literários publicados

em diferentes jornais do Rio de Janeiro que retratam as divergências lingüísticas entre acadêmicos e literatos; 3) os anais do *Primeiro Congresso de Língua Nacional Cantada* (SP, 1937), já que o referido congresso é citado tanto por Houaiss quanto por conferencistas no congresso de Salvador; 4) monumentos textuais produzidos pelo IBGE relativamente à diversidade lingüística no Brasil; 5) prefácios de gramáticas e livros didáticos publicados durante o período JK. Porém, reafirmamos: para esse trabalho circunscrevemos a questão em torno da ABL e dos Congressos de 56 e 58.

O recorte temporal proposto incide, portanto, na segunda metade dos anos 50, ou seja, no governo Juscelino Kubitschek⁴. “Os anos 50”, como afirma Carlos Guilherme Mota, “fornecem um campo de observação de extrema complexidade e riqueza, uma vez que no seu transcorrer forjaram-se novas concepções de trabalho intelectual, definiram-se novas opções em relação ao processo cultural, assim como novas e radicais interpretações no tocante à ideologia da Cultura Brasileira” (MOTA, 1980, p. 154).

Além disso, no plano de políticas econômicas, o governo JK expressa uma contradição entre forças nacionalistas contrárias à entrada de capital estrangeiro no país e empresários brasileiros e estrangeiros unidos a políticos brasileiros que defendem a participação de capital externo como forma de reforçar a economia. “Nacionalismo e desenvolvimento, por mais que os dois princípios pragmaticamente se contradissem entre si, era, de fato, o novo mote político da *intelligentsia*” (MARTINS, 1979, p. 386). Assim, os discursos desenvolvimentistas de JK projetavam “um novo Brasil”, “uma nova maneira de ser”⁵, mas não conseguiam uma adesão unânime de toda sociedade.

Há ainda que se considerar, nesse contexto dos anos 50, a instituição de fronteiras entre a lingüística e a gramática, e entre a gramática e a literatura. Se, nessa época, temos a permanência de discussões sobre a independência literária relativamente à unidade lingüística, já temos também Mattoso Câmara introduzindo o pensamento lingüístico. E não se pode esquecer outra produção importante dos anos 50: o *Anteprojeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical brasileira*, redigido coletivamente por Antenor Nascentes, Clovis Monteiro, Celso Cunha, Candido Jucá Filho e Rocha Lima. Com a criação da NGB (1958), como nos lembra Orlandi, “há uma mudança de autoria, ficando o gramático regido por uma nomenclatura uniforme e o conhecimento da língua passando a ser caucionado pelo lingüista” (ORLANDI, 2002, p. 205).

Tendo como pano de fundo o fato de que não é (sempre) visível e nem (sempre) se realizam de forma direta os engendramentos dos processos históricos na constituição da língua nacional, é possível, mesmo assim, questionar: até que ponto essas “novas e radicais interpretações sobre a Cultura Brasileira” se inseriram em questões lingüísticas? E, por outro lado, qual o papel das discussões lingüísticas nesse contexto histórico?

2. Idéias lingüísticas

As reflexões que vêm sendo realizadas nesses dois projetos remetem tanto para o conhecimento da(s) língua(s) como sobre a(s) língua(s), além, é claro, da relação entre a heterogeneidade lingüística e a formação de uma sociedade. São reflexões que supõem perguntas e respostas situadas no entremeio de diferentes campos do conhecimento, destacando-se, sobretudo, a Análise do Discurso de linha francesa (PÊCHEUX, 2004 e

ORLANDI, 2002), os Estudos Literários e Históricos (MOTA, 1980) e a Epistemologia dos Estudos da Linguagem (AUROUX, 1992 e 1998).

Considere-se, inicialmente, que a unidade que se constitui no Brasil em torno da língua portuguesa se processa a partir de uma língua já instrumentalizada, ou seja, o português europeu, ao se inscrever em terras brasileiras, já possuía gramáticas e dicionários. O acontecimento lingüístico que foi o *Diretório dos Índios*, apoiado e legalizado por Pombal, inscreve a colônia brasileira em um conjunto de normatividades lingüísticas que dão sustentação a uma memória lingüística européia.

Os conceitos de acontecimento lingüístico, memória discursiva e o conceito de discurso propriamente dito como “efeito de sentidos entre locutores” (PÊCHEUX, 1988) irão deslocar o estabelecimento de uma relação direta entre a constituição de uma língua e a de uma nação. Se, de um lado, entram em cena políticas lingüísticas buscando planificações lingüísticas, por outro, entendemos que toda língua inscreve uma política de sentidos – política esta e sentidos estes nem sempre transparentes para o Estado. Ou seja, algo no plano dos sentidos se realiza de forma independente das políticas lingüísticas e suas legislações. Desse ponto de vista, entendemos que a evidência de uma língua nacional silencia as tensões, alianças e divergências entre os sentidos constituídos.

De um modo geral, podemos pensar na situação de conflitos de sentidos e diferenças lingüísticas no Brasil, retomando o conceito de *língua fluida e espaço de enunciação* tal como formulados por Orlandi (1990) e Guimarães (2005), respectivamente. *Língua fluida*, conceito proposto por Orlandi, visa compreender as línguas em seu funcionamento discursivo, funcionamento em que jogam as heterogeneidades e multiplicidades da produção de sentidos em um dado período histórico. Tomar a palavra, deste ponto de vista, é inserir-se em uma rede de conflitos e memórias. À língua fluida Orlandi contrapõe a *língua imaginária*, ou seja, aquela presa, modalizada conforme as redes de uma gramática. Já um *espaço de enunciação*, segundo Guimarães, pode ser entendido como “espaços de funcionamento de língua que se dividem sempre. É um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas porque o político está no centro dessa atividade humana”.

Há um funcionamento – nem totalmente visível, nem totalmente apagado – do histórico na linguagem, funcionamento esse que perpassa a língua fluida e os espaços de enunciação. É necessário ter esses conceitos operando analiticamente, pois, de alguma forma, os congressos mencionados, enquanto espaços de enunciação, levam à produção e à organização de uma forma de conhecimento sobre a língua fluida. Mas tais congressos também podem ser pensados como resultando de políticas de sentido inscritas na língua de tal forma que “surge a necessidade” de um lugar institucionalizado – os congressos – para “domesticar” direções dessas políticas.

Os demais arquivos dessa pesquisa – livro de Houaiss, prefácios de gramáticas e livros didáticos, revistas da Academia brasileira de Letras, colunas jornalísticas sobre questões lingüísticas – também intervêm na língua fluida. Ou melhor, considerando a língua imaginária como produto da intervenção dos instrumentos lingüísticos sobre a língua fluida, os mecanismos de sustentação desses instrumentos lingüísticos encontram-se nas diversas formas de práticas político-lingüísticas. Essas comparecem em espaços de dizeres e saberes sobre a língua. O arquivo destacado nessa pesquisa cumpre, então, duas funções. Em primeiro lugar, funciona como mecanismo de sustentação da língua imaginária que vai sendo configurada com os instrumentos lingüísticos – as gramáticas e dicionários –; em segundo

lugar, trabalha os efeitos da gramatização no imaginário brasileiro. Dito de outra maneira, o arquivo da pesquisa compõe um caminho de mão dupla: sustentação e efeito de gramatização. É preciso lembrar que os dois projetos em evidência se situam no campo da história das idéias lingüísticas e que, por idéias lingüísticas, entende-se, conforme Aurox (1989, p. 15), saberes que se articulam sobre a(s) língua(s).

Igualmente importantes nessa pesquisa são as reflexões promovidas pela Análise de Discurso sobre sentido, como processo e produto de articulações histórico-ideológicas, de que decorrem os conceitos de interdiscurso – memória do dizer – e de formação discursiva – lugar de constituição do sentido –, que problematizam o gesto do dizer, indicando-o como filiado a dizeres e posicionado frente a outras possibilidades de significar. Articulada a estes conceitos vem a noção de texto, entendido como atravessado por posições discursivas (antagônicas ou não), como dispersão do sujeito, conforme Orlandi (1988) e a noção de discurso, como dispersão de textos. No nosso caso, dado que o trabalho se faz com diferentes arquivos, essas são noções caras na medida em que permitem capturar, na heterogeneidade de textos, gestos de interpretação que inscrevem a língua nacional em uma ou outra rede de significância.

Focaliza-se, ainda, nessas pesquisas, discursos sobre a língua. E o “discurso-sobre”, como aponta Orlandi (1990, p.37), “é uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos”. Nos discursos-sobre fazem-se presentes outros dizeres, joga-se com outras vozes, organizando os sentidos, fazendo-os significarem em uma determinada direção, ressignificando-os ou silenciando-os. No nosso caso, os discursos-sobre configuram, por sua vez, saberes sobre a língua.

2.1. Idéias lingüísticas e o governo JK

O momento em questão, como já se apontou, é o do governo JK. Trata-se de um período marcado, entre outros acontecimentos, pela construção de um espaço outro para representatividade brasileira – Brasília. Construção que recupera e trabalha no imaginário brasileiro memórias várias sobre a terra e o povo. Brasília representa, à época, uma síntese entre o universal e o local, compreendida em termos regionais. Universal na medida em que apontava para uma utopia: a criação de um *novo homem*. Já o regional entrava como possibilidade de gênese desse *novo homem*.

Sobre Brasília, cabe dizer que não era uma proposta nova e que não fazia parte somente do imaginário do país já republicano, ao contrário, o projeto de uma capital no interior já se apresentava desde meados do século XVIII através de Pombal (antes mesmo da mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro), como resultado de um projeto mercantilista-imperial. Ainda no final do século XVIII, a mesma proposta se fazia presente em uma posição ideológica outra: com a Inconfidência Mineira, significando aí a separação entre Portugal e Brasil.

Brasília também atualizava e punha em cena vários outros sentidos presentes no século XIX. A interiorização da capital, por exemplo, novamente proposta no início do século XIX, como forma de defesa da capital, e no final deste mesmo século como forma de unificação do país, era reposta, com o governo JK, como possibilidade de desbravamento do interior. A possibilidade de construção de uma civilização, proposta republicana em função, por um lado, dos problemas da cidade do Rio de Janeiro – falta de higiene, tipo de geografia

da cidade, desordenamento da cidade –, por outro, do intenso debate sobre o que possibilitaria o desenvolvimento de uma civilização, debate no qual a natureza se apresentava como elemento impossibilitador da civilização, com o governo JK, se fazia ouvir ressignificada: agora como a possibilidade de uma nova civilização, de uma nova era, de um novo homem (conforme o projeto Brasília de Niemeyer e L. Costa). Brasília também recupera a proposta jesuítica de intervenção na natureza; também traz em seu bojo o desejo de dominar o sertão. Se significava a competência da tecnologia, do planejamento, significava também a aventura construtiva de um povo brasileiro diversificado e a aventura da irresponsabilidade de um governo.

Com Brasília retomava-se, enfim, uma antiga utopia, uma utopia constante no imaginário brasileiro (embora funcionando diferentemente, conforme as formações discursivas⁶): a utopia de um paraíso terrestre. Brasília tinha, portanto, uma memória e trazia consigo memórias sobre terra e povo. Revolvia, no imaginário da época, questões sobre a terra brasileira, sobre o povo, sobre nação. Portanto, o período JK é um período que se pensa como instaurando uma “nova era” (para usar uma expressão corrente à época) e, nesse sentido, toma Brasília como seu monumento/marco.

Cabe destacar ainda que os anos 50 não são um momento-chave apenas em função da construção de Brasília, havendo alguns outros aspectos que devem ser apontados por tocarem a questão da língua. Os anos 50 são marcados, no que tange à imprensa, entre outras coisas, pela criação de jornais (*Última Hora* e *Tribuna da Imprensa*), pela reformas de jornais (*JB* e *Diário Carioca*), pela mudança de perfil dos intelectuais nos jornais (entrada de tecnocratas assinando matérias) e pela implementação de suplementos literários. São inúmeros os jornais (no Rio e fora do Rio) que lançam suplementos literários. E neles se encontram intelectuais refletindo sobre projetos políticos e discutindo programas de governo ao lado de intelectuais voltados para criações artísticas. Por exemplo, os suplementos literários foram palco tanto de manifestos concretistas (o manifesto concretista é lançado no suplemento literário do *JB*) quanto de acirrados debates sobre a construção de Brasília ou sobre as propostas desenvolvimentistas do governo. O suplemento literário teve o papel, nesta época, de servir de porta-voz de grupos como o de intelectuais do ISEB (que, no caso, publicavam no suplemento literário do *Jornal do Comercio*) e o de intelectuais da Academia Brasileira de Letras (que até 1953 escreviam no suplemento literário do jornal *A Manhã* e depois passaram a publicar no *JB* e em diversos outros jornais). Em suma, os suplementos literários obtiveram grande relevância nos anos 50 como lugar de exposição, divulgação e formação de idéias em diversas esferas da vida brasileira.

Os anos 50 são também marcados por uma efervescência cultural – por exemplo, movimentos e novas propostas na música, no cinema, no teatro, na poesia, na televisão – que resulta em debates e polêmicas sobre cultura brasileira. Discutia-se o que seria cultura de massa, o lugar da cultura popular, as oposições entre “cultura séria” e “cultura do lazer”, o que seria arte e o que não seria arte. No bojo desses debates e polêmicas – que se davam, entre outros espaços, no dos suplementos literários –, apresentava-se a questão da linguagem popular. Indagava-se sobre sua legitimidade e sobre sua integração. Ou seja, fazia-se presente no cerne de debates culturais uma polêmica em torno da língua dizendo respeito à diversidade lingüística interna ao país. Nesse sentido, vale ressaltar que é nos anos 50 que ocorrem, paralelamente aos primeiros congressos de folclore, os primeiros congressos de língua falada e de dialetologia.

Então, uma década após os debates sobre que nome dar à língua⁷, colocava-se como foco de investigações lingüísticas a língua falada pelo povo (vale dizer que a atenção dos dialetólogos estava voltada para a língua falada rural de iletrados) e a cultura do povo (seu folclore). Daí resultam algumas das outras indagações dessa pesquisa: como se davam essas investigações? Que questões suscitavam? Que questões se faziam presentes em relação à língua? Qual a relação, nesse momento e nesses lugares contemplados, entre língua falada, língua portuguesa, língua nacional? O que significava a diversidade lingüística? Como se a significava? Que políticas lingüísticas eram propostas?

2.1.1. Idéias lingüísticas e Revista Brasileira da Academia Brasileira de Letras

Como já dito, para esse artigo, estamos privilegiando os materiais da ABL e dos Congressos; em relação à ABL, destacamos sua revista, a *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Conforme De Certeau (2002), a origem dos nossos arquivos se encontra na confluência de “um grupo (eruditos), de lugares (bibliotecas) e de práticas (de cópia, de impressão, de comunicação, de classificação, etc.)”. Isto significa considerar as revistas como uma prática constitutiva dos saberes, ou seja, não se trata de tomá-las apenas como instrumentos divulgadores e propagadores de idéias, mas como uma técnica, com uma escrita apropriada, que configura saberes, que dá existência e contorno a saberes. No caso das revistas brasileiras, estas surgem em decorrência das instituições e isto nos permite pensá-las não somente como extensões de uma ou outra instituição, mas também numa relação orgânica com a instituição: dando-lhe feição, visibilidade, legitimidade, configurando-lhe história, construindo-lhe memória.

São duas as revistas da ABL: a *Revista Brasileira* e a *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Importa registrar que até os anos 50 nem sempre foram publicadas. Não é o que ocorre no governo JK, e isto faz parte da política lingüística do governo JK. Ou seja, a ABL, no período JK, volta a editar a *Revista Brasileira*, além de publicar, durante o mesmo período, a *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Sobre a primeira, cabe registrar que antecede à criação da Academia, foi fundada em 1835 por José Veríssimo, e serve mesmo de palco para as reuniões que resultaram na criação da ABL. Em 1948, deixa de circular e só em 1958, isto é, depois de interrompida por 10 anos, volta a ser publicada pela ABL. Em 1960, sofre outra interrupção. Portanto, como se pode notar, o período JK se mostra importante para a *Revista Brasileira*.

Sobre a segunda revista, que é proposta desde o ato de sua fundação, há outras observações a serem feitas. Iniciada em 1910, como revista da Academia, tem propriedades diferentes da *Revista Brasileira*. Recebendo como subtítulo “anais” a partir de 1937, ela se compõe de materiais diversos referentes à Academia e aos acadêmicos – atas de sessões, discursos proferidos e lidos por acadêmicos, cartas destes, seus votos de pesares ou os votos de pesares sobre estes, projetos de lei que tratam das coisas da Academia, regimento interno e ementas, registro de livros adquiridos (com ou sem comentário sobre os mesmos), matéria saída em jornal sobre a Academia e/ou sobre os acadêmicos, entrevistas com acadêmicos – bem como, eventualmente, produção literária (contos, resenhas, poemas), histórica e lingüística dos acadêmicos. Ou seja, por um lado, a vida da Academia encontra-se registrada em suas páginas, por outro lado, aí aparecem questões referentes à língua e a políticas

lingüísticas; este não é o caso da *Revista Brasileira*, que se caracteriza por assumir um perfil de revista literária. Assim se define e assim busca se apresentar ao encerrar em uma grande e primeira parte trabalhos de cunho literário inéditos (há uma outra parte da revista dedicada brevemente às notícias da Academia). Como revista literária, a *Revista Brasileira* não se restringe a trabalhos dos acadêmicos, o que é o caso da *Revista da Academia da Letras*. Em suma, trata-se de duas revistas, publicadas pela ABL, com perfis distintos: uma, com autores não acadêmicos e publicações de âmbito literário; outra composta de material diversificado e com produção assinada tão somente por acadêmicos.

Ainda sobre a *Revista da Academia*, há que se destacar que, a despeito de sua vasta publicação e sua diversidade, não há estudos sobre a mesma, tampouco sobre os materiais que nela se encontram. À guisa de observação, mesmo a Enciclopédia de Literatura (COUTINHO e SOUZA, 2001), que registra em verbete as várias revistas publicadas no Brasil, não a contempla. Cita-a na parte referente à Academia Brasileira de Letras, mas não se atém a tratá-la em verbete próprio. Ou seja, há, por um lado, um silenciamento sobre tal revista na medida em que não configura sequer verbete de enciclopédia, por outro lado, uma ausência de estudo sobre o material que lá se encontra.

Por fim, é importante ressaltar a relação entre a política nacional-desenvolvimentista de JK e a ABL pelos seguintes motivos: a) foi a partir de um decreto seu, em 1956, regulamentando as publicações acadêmicas, que as revistas da Academia voltam a ser publicadas; b) foi cedido, em seu governo, o terreno contíguo à Academia para sua fixação e expansão e; c) foi instituída, pela primeira vez no Brasil, a *Semana do livro*, tendo como seu espaço a sede da ABL, e ocorrendo na data de nascimento de Machado de Assis, fundador da Academia. E não se pode esquecer da publicação do *Dicionário da Academia*, em 1959.

Na revista da ABL, durante os anos de 1956 a 1958, são três as preocupações relacionadas a questões da língua: a primeira diz respeito ao dicionário em vias de publicação; a segunda diz respeito à tradução de nomes próprios estrangeiros; a terceira diz respeito à língua. Não há, entretanto, nenhum artigo, nota, referência, comentário, na revista da ABL, ao menos até 1958, sobre a NGB. Trata-se, portanto, de um silenciamento em relação a uma ação, do Estado, que visava normativizar a nomenclatura do ensino da Língua Portuguesa no Brasil, e em relação aos conflitos que essa ação suscitou. Tanto mais é interessante esse silenciamento quando observamos, a partir de Guimarães (1996), que a NGB consiste em um acontecimento no processo de gramatização brasileira, isto é, em um processo que tende a afastar Brasil de Portugal.

No que tange ao dicionário, cabe dizer que sua proposta tem origem com a fundação da Academia no final do século XIX, quando se propõe, no regimento de autoria de Machado de Assis, a organização de um ‘vocabulário crítico de brasileirismos introduzidos na língua portuguesa e em geral das diferenças no modo de falar e escrever de dois povos’. O dicionário a ser publicado em 1959 é, portanto, fruto do período de gramatização do brasileiro (GUIMARÃES, 1996), ou melhor, de um período em que se inicia a gramatização do português-brasileiro. Trata-se, no entanto, de um período diferente daquele da NGB. Naquele, tinha-se como tensão lingüística a diversidade lingüística entre Brasil e Portugal; este segundo momento, embora dê continuidade à separação Brasil/Portugal, trabalha também a diversidade lingüística interna no Brasil. E, nesse sentido, é interessante observar que se apresenta como “inovação” do dicionário a ser lançado, conforme entrevista com Josué Montello, publicada tanto no jornal *O Globo* quanto na revista da academia, a transcrição

fonética. Ou seja, em um período em que se discutia a língua falada pelo povo, tem-se a publicação de um dicionário que indica/determina/seleciona um certo falar, que passa a legislar sobre a fala.

Sobre a segunda preocupação, tradução de nomes próprios, em linhas gerais, em 1956, em função de uma polêmica surgida na imprensa sobre a tradução de nomes próprios geográficos, a Academia resolve instituir uma comissão especial para organizar um “vocabulário de termos geográficos que possam ser traduzidos em vernáculo, suprimindo-se a anarquia reinante em que se empregam tais termos” (revista da ABL, 1956, 1º semestre). Para tal empreitada, a Academia passa a contar com o Instituto Histórico Geográfico e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ou seja, está em jogo, assim como ocorre com o dicionário, uma disciplinarização da língua, agora, no caso, em relação a topônimos.

No que se refere à preocupação com a língua, esta questão comparece no discurso feito por JK na Academia, no artigo de Manuel Bandeira sobre Mário de Andrade, no artigo de Fernandes Távora em homenagem a Francisco de Castro e no agradecimento por Gonçalves Pereira ao discurso proferido por Pedro Calmom. Observe-se abaixo:

A língua portuguesa falada no Brasil encontrou a sua adequada uniformidade gráfica, que disciplinou a escrita em todo o território nacional. Em breve, com a assistência que receberéis dos poderes públicos, daqui sairá o Dicionário que a nação espera de seus mestres e que será certamente para nós a mais abalizada codificação acadêmica do **belo e rijo idioma que recebemos de Portugal** (discurso de JK, revista da ABL, 1956, vol. 91, p. 15, negrito nosso).

Mário de Andrade era decididamente contra as temporadas líricas subvencionadas. (...) 'Os nossos estudantes de música ficam em casa batucando o pianinho. Não podem ir ao teatro porque é caro. O povo fica em casa imaginando um jeito de pagar o imposto da semana. Não pode ir ao teatro porque é caro. **E a nacionalidade também fica em casa, errando o português** e sentindo preguiça (Bandeira, revista da ABL, 1956, vol. 91, p. 120, negrito nosso).

No caso do Brasil não precisa de explicação: - é notório que brasileiros e portugueses se entendam pelo veículo da **mesma língua, por assim dizer**, intacta, uma vez que não a desfiguraram as modalidades próprias destas ou daquela **região** (Gonçalves PEREIRA, revista da ABL, 1956, vol. 92, p. 153, negrito nosso).

Um grande serviço, entretanto, além de outros lhe ficou o Brasil a dever: **incutiu na classe médica o amor ao vernáculo**, transformando sua cátedra numa admirável escola da língua pátria. Pode-se dizer que, durante o pontificado científico de Francisco de Castro, houve completa transformação na língua médica, até então inteiramente descuidada” (Fernandes TÁVORA, revista da ABL, 1956, vol. 92, p. 87, negrito nosso).

Trata-se de quatro seqüências em que não há confronto no que tange à posição em relação à língua. Seqüências que apontam a língua como nos sendo dada por Portugal (“belo e

rijo idioma que recebemos de Portugal”), ou seja, que colocam o brasileiro na posição de colonizado lingüisticamente (cf. MARIANI, 2004); que trabalham, ainda conforme Mariani (2004), a ideologia do *déficit* (“errando o português” / “inteiramente descuidada”), isto é, que fazem funcionar o brasileiro no lugar de aprendiz e de mau aprendiz, na medida em que não domina a (sua) língua. Seqüências que apagam a diversidade lingüística, afinal fala-se a mesma língua, “intacta”. É interessante observar que, na terceira seqüência, a possibilidade da diversidade lingüística aparece através da referência feita às “modalidades”, mas se apaga em função de se apontar sua ocorrência em ambos os territórios – “modalidades próprias destas ou daquelas regiões”. A equação que se formula é: se modalidades existem, existem em ambos os territórios; é isto que não desfigura a língua. É a noção de território geográfico que permite a diferença de pormenor e a manutenção da língua como sendo a mesma; é a noção de nação, em consonância com a possibilidade de territórios distintos, que sustenta a permanência da língua. Brasil e Portugal, dois territórios distintos, têm a mesma língua, entendem-se. E isto permanece na quarta seqüência. Se a denominação “língua pátria” pode funcionar como a língua brasileira em oposição à língua portuguesa, o “descuido” do vernáculo que se denuncia em seguida recupera o lugar do brasileiro – da falta, do não-saber a língua – e indica de que língua se trata: daquela que ao brasileiro foi dada. Cabe cuidá-la.

Em suma, em relação à língua, a revista da Academia trabalha o mito da homogeneidade lingüística. As diferenças, quando existem, são assimiladas de modo a não constituírem uma separação entre Brasil e Portugal. Falamos uma só língua. Sem conflitos. Daí, talvez, a ausência do debate sobre a NGB nas revistas da Academia.

2.2. Unidade na variedade: “normas da pronúncia padrão”

No que diz respeito aos congressos, fizemos um primeiro recorte sobre a totalidade dos textos dos anais. Assim sendo, dos *Anais do primeiro congresso brasileiro de língua falada no teatro*, foram selecionados o *Discurso programático do professor Celso Ferreira da Cunha, presidente executivo do Congresso*, a *sessão solene de encerramento*, com *discurso do secretário-geral, Antônio Houaiss* e as atas com as conclusões dos trabalhos de três comissões que tiveram como tarefa discutir e recomendar “uma língua padrão para o teatro” e “uma língua-padrão da poesia para o teatro”.

O *Primeiro congresso de dialectologia e etnografia* não tem anais publicados. Embora haja referências a uma possível organização para publicação por parte de A. Houaiss, esse material permaneceu inédito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, local onde se realizou o evento. Recentemente tivemos acesso aos datiloscritos das apresentações feitas e selecionamos o *Questionário lingüístico-etnográfico brasileiro*, apresentado por Candido Jucá Filho, como material de análise. Candido Jucá esteve também no congresso de Salvador.

Nossos corpora, portanto, foram organizados a partir da construção de um dispositivo teórico de análise que considerou, durante o processo de de-superficialização do material textual acima listado, o levantamento de seqüências discursivas relativas à *língua*, *língua/idioma nacional*, *língua padrão*, *prosódia*, *pronúncia* etc. Está em jogo, no levantamento realizado, a natureza da relação entre língua e nação. Mais especificamente, no modo de significar essa relação, qual a imagem de língua e de sujeito sócio-político-



lingüístico que está colocada nos congressos?

O discurso de abertura do congresso de língua falada no teatro, pronunciado por Celso Cunha, dá uma pista. Diz C. Cunha que o congresso volta-se para o “estudo da **língua padrão**, mas também dos **falares regionais**” (CUNHA, 1958, p. 37, negrito nosso). As oposições *língua/falares* e *padrão/regional* constroem a imagem dividida e hierarquizada da língua e contribuem para a construção de dois eixos: de um lado, a defesa da unidade lingüística; de outro, a pouca ênfase na diversidade dialetal. Ao lado da unidade lingüística, a construção de uma imagem de nação igualmente unitária.

As condições peculiares de **nossa formação lingüística revelam uma dialectalização que não parece tão variada, tão múltipla e secular** quanto a que existiu em vários países da Europa. (...) Ora, se essa característica parece válida para laboratórios de cultura como a Ásia, a Europa e mesmo a África, não o parece menos para os **países americanos, cujo passado lingüístico pré-europeu poucos traços deixou no presente**. (...) parece que **estamos no limiar de uma era sócio-política em que as grandes línguas nacionais tendem a apresentar progressivamente uma unidade relativa muito mais ampla** do que a que num passado ainda próximo parecia impossível. (...) **uma nação que pelas características sociais e econômicas do mundo moderno, tende progressivamente para uma grande unidade, sem os entraves de um tradicionalismo regional radicado multissecularmente**. (CUNHA, *id.*, *ibid.*, negrito nosso)

Essa imagem de unidade lingüística – “grandes línguas nacionais” – associada a uma imagem de limiar de uma nova era sócio-política da nação – com “características do mundo moderno” – opõe-se aos regionalismos, aos dialetalismos, enfim, às variações lingüísticas de certos “laboratórios de cultura”. Ao mesmo tempo, estabelece paralelos entre “nossa formação lingüística” e “nossa nação” ao que se passa em “no mundo moderno”. Mais adiante, C. Cunha acrescenta:

Assim sendo, **o problema da língua comum, unitária e nacional, apresenta no Brasil, a um tempo, tendência espontânea muito mais fácil de realizar-se naturalmente, e tendência que deve ser apoiada por uma política lingüística consciente**. (...) tendemos irresistivelmente para certos **padrões regionais amplos e pouco numerosos**. (...) **é possível**, para a intercomunicação de âmbito universalista no nosso território nacional, **adotarmos lúcida e conscientemente uma média de falar equidistante de todos os padrões básicos regionais**. **O nosso Congresso (...) não aspira a servir tão-somente a língua falada no teatro. Ao contrário, aspira à língua falada culta no Brasil inteiro**. Se chegarmos a **um padrão culto** aceitável para o teatro, este se imporá, por vir de conseqüência, ao rádio e à televisão, ao cinema e ao magistério, ao parlamento (...) na medida do possível pan-brasileiro (CUNHA, 1958, p. 38, negrito nosso).

Com essa abertura, Cunha dá o tom do congresso, e, ao mesmo tempo, inaugura uma

rede parafrástica constituída em torno das expressões “média de falar equidistante de todos os padrões básicos regionais” e “língua falada culta no Brasil inteiro”.

Essa vontade de unidade para a oralidade, essa vontade de padronização da língua fluida fica atrelada a um silenciamento da diversidade regional, vista como “instável e pouco variada”. Assim, para o autor, “as grandes línguas nacionais tendem para a unidade”, ou, como diz mais adiante, seguem “na tendência espontânea da língua comum, unitária e nacional”. Falando para seus colegas congressistas, Cunha propõe “uma política lingüística consciente” a fim de concretizar a “tendência espontânea”.

No espaço de enunciação do congresso, esses vão ser os eixos enunciativos norteadores das paráfrases depreendidas nos recortes feitos nas atas e relatórios das Comissões e, também, no texto final apresentado por Antonio Houaiss: pede-se a legitimação do Estado para se executar algo que já é uma “tendência natural”. Rocha Lima (e outros) também tocará na questão do Estado, dizendo: “poderes públicos voltem os olhos para a dialectologia brasileira... oferecendo meios...” (cf. *anais*, 1958, p. 43).

Foi possível depreender os seguintes enunciados parafrásticos em torno da vontade de unidade para a para a língua falada:

“norma – padrão para a pronúncia brasileira erudita” (cf. *anais*, 1958, p. 57)

“pronúncia culta carioca é como uma média das pronúncias cultas do Brasil” (*anais*, 1958, p. 60)

“normas da pronúncia padrão” (*anais*, 1958, p. 60)

“normas da língua falada” (*anais*, 1958, p. 62)

“língua ou pronúncia normalizada” (*anais*, 1958, p. 66)

Observe-se a projeção da imagem que se tem de língua escrita (vinculada a uma norma) sobre a língua falada. Uma língua falada una, mas não para todos. Conforme alguns congressistas, esta língua falada passaria a ser uma “norma–padrão para a pronúncia brasileira erudita” (cf. *anais*, 1958, p. 57).

O *Primeiro Congresso de Língua Nacional Cantada*, realizado em São Paulo em 1937, é evocado várias vezes nesse espaço de enunciação do congresso de Salvador. Lembremos que esse congresso elege a pronúncia carioca como padrão normalizador para o canto. Nesse congresso, apesar de se debaterem as expressões populares, o reconhecimento e a defesa da heterogeneidade não resultou em medidas práticas. Como afirma Serpa, “embora entre a intelectualidade brasileira se reconhecesse a existência de diferentes falares, fazendo críticas aos puristas, o congresso se constituiu em espaço de classificação, de ordenação e de combate porque a impureza da alma, do corpo, da mente, da raça e da língua é síndrome de perigo que leva à decadência das nações pela ausência de ordem” (SERPA, 2003, p. 267).

Lembrando o congresso de língua cantada, dirá C. Cunha que há lições a serem seguidas:

Muitas tendências dialetizantes, que pareciam fatalidade, eram ainda tão fracas de sustentação demográfica e cultural que puderam regredir. Essa lição



(...) mostra que o espírito que deve orientar nossos trabalhos pode ser outro. **Temos um passado fônico que devemos preservar**, (...) a fim de podermos continuar o passado, no presente e no futuro, com a menor solução de continuidade (CUNHA, 1958, p. 38, negrito nosso).

E qual seria esse “passado fônico”? Certamente não era o “**passado lingüístico pré-europeu [que] poucos traços deixou no presente**”. Reconhecendo a variação dialetal, e em nome do estabelecimento de uma norma para o teatro, em Salvador, 20 anos depois, propõe-se uma norma que possa vir a homogeneizar uma “pronúncia brasileira erudita”. Vale a pena ler as conclusões colocadas no discurso de encerramento proferido por Antonio Houaiss:

(...) atravessamos uma fase crítica de nossa formação histórica e de nossa evolução social. Essa fase crítica prenuncia (...) uma **fatal unidade nacional da grandeza territorial presente**, mas com uma expressão demográfica imensamente ponderável no mundo. (...) O que, contudo é assegurável desde já (...) é que, **com esse Brasil, o âmbito universal de língua será uma realidade incontestável como instrumento de comunicação e expressão de artistas e sábios e trabalhadores** (HOUAISS, 1958, p. 87, negrito nosso).

E diz mais:

(...) no Brasil a oscilação de pronúncias nos principais centros cultos é sintoma de que não só estamos num processo de decantação de tendências mal definidas, mas também de que **a interpenetração dos falares regionais (...) possibilitará a formação de uma unidade lingüística enormemente extensa** (HOUAISS, 1958, p. 88, negrito nosso).

Essa vontade da homogeneização, que estabeleceu as normas fonéticas a serem seguidas no teatro, não optou, segundo Houaiss, “por estas ou aquelas maneiras de dizer”, embora tenha sido dele próprio a proposta de adoção “do padrão culto carioca como base para das normas” (HOUAISS, 1958, p. 63).

Se, em 1937 e em 1956, os gramáticos se voltam para a diversidade dialetal, reconhecem a variação lingüístico-cultural, mas objetivam padronizar foneticamente o modo de falar do brasileiro, no congresso de 1958, em Porto Alegre, busca-se apenas descrever e situar essas variações. O *Questionário lingüístico-etnográfico brasileiro*, de Candido Jucá (filho) é bem explícito: “Evidentemente, a maneira de falar das pessoas cultas não está em consideração. O que se quer saber é como o povo fala” (JUCÁ, 1968, p. 5). Esse tema, segundo o próprio Candido (ele o persegue desde 1937), quando apresentou pela primeira vez em uma sessão da Academia Carioca de Letras, é “um plano de trabalhos preparatórios para a geografia lingüística do Brasil”. Para apresentá-lo no Congresso de Dialectologia, Jucá atualizou o *Questionário* e apresentou sugestões metodológicas de coleta dos dados, dizendo que seria necessária uma intervenção do IBGE. Lembremos, aqui, que o IBGE no censo

demográfico de 1940 e de 1950 dedicou uma seção ao levantamento de dados lingüísticos referentes à língua utilizada “no lar”. A proposta de Jucá, por outro lado, quer fazer “o levantamento geográfico das peculiaridades de nossa língua” (JUCÁ, *idem*, p. 5). Ou seja, distante da vontade de padronização, o que se queria em 1958 era, acima de tudo, o registro da diversidade.

3. Na unidade lingüística, uma “nova era”?

O período do governo JK, com sua política desenvolvimentista, promove, no campo do social, a idealização de um novo homem e, no campo do linguageiro, concebido pelos gramáticos, a idealização da unidade da língua falada.

Nos debates promovidos pelos congressos e nas páginas das revistas da ABL, há o reconhecimento das variações dialetais, mas privilegia-se a ideologia da unidade lingüística. Uma unidade lingüística enquanto tendência inevitável, por um lado, e uma necessidade de mapeamento da diversidade, por outro. Uma diversidade lingüística que também “possibilitará a formação de uma unidade lingüística enormemente extensa” é o que afirma Houaiss, mencionando que essa unidade é decorrência da “interpenetração dos falares regionais” (HOUAISS, 1956, p. 88).

“Na unidade da língua nacional”, nos diz Orlandi, “o gramático cria o imaginário de UMA língua regida para todos os brasileiros e mostra os desvios, as diferenças (variedades), na uniformidade (nacional)...” (ORLANDI, 2002, p. 206).

Essa unidade lingüística da língua falada ganha sua concretude ideológica nos congressos. Sendo praticada pelo teatro, mas aos poucos por todos os brasileiros, o fim da língua fluida, esse é o sonho dos gramáticos naquele momento histórico. Algo que vai além do imaginário dessa UMA língua presa nos moldes da língua imaginária de que nos fala Orlandi. Se as normas tivessem se tornado lei, de fato, talvez essa tivesse sido uma intervenção decisiva sobre a língua.

Assim sendo, buscou-se dar continuidade a trabalhos desenvolvidos e ligados à apreensão dos processos de produção dos sentidos que afetam a constituição de uma memória institucionalizada da língua portuguesa no Brasil, um processo vinculado a um imaginário de unidade lingüística. Por outro lado, como não há memória sem esquecimento, a observação do imaginário de unidade lingüística desemboca necessariamente no estudo dos discursos silenciados ao longo da história, aqueles que, resistindo à unidade, acentuam a força da singularidade de uma língua brasileira.

Nossas pesquisas continuam e agora estamos organizando os outros arquivos mencionados no início do texto.

ABSTRACT

This paper aims to focus on the role of the ABL (Brazilian Academy of Letters) and the academic meetings (1956 and 1958) in the production of linguistic ideas. Our analysis about the knowledge of and about the Portuguese language is based on a perspective that takes into account the questions posed by Discourse Analysis (Pêcheux, 2004; Orlandi, 2002), Literary and Historical Studies (Mota, 1980) and the Epistemology of Language Studies (Auroux, 1992; 1998). It shows the relevance of these ABL congresses for the indirect building of

linguistic policies.

Key-words: History of linguistic ideas; Brazilian Academy of Letters; Congress of spoken language; Juscelino Kubitschek's govern.

Notas

- ¹ Esse texto apresenta resultados de dois projetos de pesquisa interinstitucionalmente relacionados. Os projetos intitulam-se: *A língua como questão política e a questão da política lingüístico-cultural: o governo JK e os congressos sobre a língua falada no Brasil*, organizando por Bethania Mariani (UFF/CNPq), e *Questões lingüísticas nos jornais dos anos 50*, de Vanise Gomes de Medeiros (UERJ). O primeiro tem apoio do CNPq e da FAPERJ, agências que concederam bolsa de IC para as alunas Tatiana Freire de Moura (UFF – PIBIC/CNPq) e Marina Pereira de Almeida (UFF – FAPERJ). Já o segundo conta também com o apoio da FAPERJ que concedeu uma bolsa de IC para Daiane Oliveira da Silva (UERJ).
- ² Conforme Auroux, “por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e instrumentalizar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário...” (1992, p. 65)
- ³ Antonio Houaiss foi o relator e organizador dos anais do congresso de Salvador e esteve à frente de uma possível edição dos anais do congresso de Porto Alegre.
- ⁴ Observe-se que a cronologia nesse projeto funciona de modo a delimitar um período. Isto não significa uma incompreensão de que a historicidade resulta de processos histórico-semânticos cujo início nem sempre pode ser assinalado com uma data. Como afirma P. Henry, um “evento” histórico, como tal, não é sem sentidos que a ele possam ser agregados. “É nisso que consiste a história para nós, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse assunto em cada caso” (HENRY, 1994, p. 52).
- ⁵ *Apud Alencar et alii*, 1979, p. 303.
- ⁶ Por formação discursiva entende-se o lugar de constituição do sentido, matriz do sentido (PÊCHEUX, 1988), que, por sua vez, remete para a formação ideológica – formação que reporta a relações de classe.
- ⁷ Embora a discussão sobre o nome da língua no Brasil tenha ocorrido no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, é somente nos anos 40 que se tem uma designação (no campo jurídico) da língua oficial como 'língua portuguesa'.

Referências bibliográficas

- ALENCAR, Francisco *et alii*. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1992.
- _____. *Histoire des idées linguistiques*. Tome I. Liège: Pierre Mardaga ed., 1989. p. 15.
- _____. Língua e hiperlíngua. In: *Línguas e instrumentos lingüísticos*. Número 01. Campinas, SP: Pontes Editores e Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil, 1998. p. 17-31.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Anteprojeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro: MEC, 1957.
- COUTINHO; SOUZA. *Enciclopédia de literatura*. São Paulo: Ed. Global, 2001.
- CUNHA, C. *Discurso programático*. In: *Anais do primeiro congresso brasileiro de língua falada no teatro*. Rio de Janeiro: MEC, Biblioteca Nacional e Universidade da Bahia, 1958.

- DE CERTEAU M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- _____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- _____. Sinopse dos Estudos do Português no Brasil. In: ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (orgs.). *Língua e Cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- HENRY, P. *A história não existe?* In: ORLANDI, E (org). *Gestos de leitura da história no discurso*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 29-54.
- HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- _____. *Discurso*. In: *Anais do primeiro congresso brasileiro de língua falada no teatro*. Rio de Janeiro: MEC, Biblioteca acional e Universidade da Bahia, 1958.
- _____. *Sugestões para uma política da língua*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1960.
- JUCÁ (filho), C. *Questionário lingüístico-etnográfico brasileiro*. Texto datiloscrito. Porto Alegre, 1958.
- MARIANI, Bethania. *Colonização lingüística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- _____. (1822) *Pátria independente: outras palavras?* In: *Organon 21*, Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.
- MARTINS W. *História da inteligência brasileira*. Vol VII (1933-1960). São Paulo: Edusp, 1979.
- MEDEIROS, Vanise Gomes de. *Dizer a si através do outro: do heterogêneo no identitário brasileiro*. Niterói, 2003. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal Fluminense.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1980.
- ORLANDI, E. (org.) *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat editora, 2001. p. 67-184.
- _____. O conhecimento sobre a linguagem: mercado e interesse. In: _____. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002a. p. 203-214.
- _____. Ir ao congresso: fazer a história das idéias lingüísticas? In: ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (orgs.). *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas*. Campinas, SP: Pontes & Capes, 2002b.
- _____. *Terra à vista!* Discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas, SP: ed. da UNICAMP, 1990.
- _____. *Discurso e leitura*. Campinas, SP: Cultrix & Ed. da UNICAMP, 1988.
- PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Campinas: Pontes, 2004. [tradução realizada por Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello de *La langue introuvable*, 1982.].
- _____. Ler o arquivo hoje. In ORLANDI, E. (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1994.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1988.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. *A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX*. In: ORLANDI, E. (org.) *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat editora, 2001. p. 167-183.

SERPA, E. C. Nação e integração autoritária: o Congresso de Língua Nacional Cantada de 1937. In: SZESZ, C. M. *et alii*. *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. São Paulo: EDUSC, 2003, p. 255-279.